



ACÓRDÃO Nº705/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11476/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI).
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Alfredo Paes dos Santos (Gestor), João Orestes Schneider Santos (Gestor), Paulo Ricardo Rodrigues de Souza (Ordenador de Despesa) e Antonio Gilson Nogueira de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2266/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI). Exercício de 2018.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Alfredo Paes dos Santos**, na qualidade de administrador titular da SEPLANCTI (no período de 01.01.18 a 18.01.18), dando-lhe plena quitação, na forma do artigo 22, I, c/c art. 23 da Lei Orgânica TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. João Orestes Schneider Santos**, na qualidade de administrador titular da SEPLANCTI (no período de 19.01.18 a 31.12.18), na forma do artigo 22, II, da Lei Orgânica TCE/AM;
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Antonio Gilson Nogueira de Souza**, na qualidade de ordenador de despesas da SEPLANCTI (no período de 01.01.18 a 14.06.18), dando-lhe plena quitação, na forma do artigo 22, I, c/c art. 23 da Lei Orgânica TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº705/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Paulo Ricardo Rodrigues de Souza**, na qualidade de ordenador de despesas da SEPLANCTI (no período de 15.06.18 a 31.12.18), dando-lhe plena quitação, na forma do artigo 22, I, c/c art. 23 da Lei Orgânica TCE/AM;
- 10.5. Aplicar Multa** ao **Sr. João Orestes Schneider Santos** no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), com fundamento no art. 54, VII da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c art. 308, VII da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão das impropriedades não sanadas constantes na fundamentação do Relatório/Voto, e que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.6. Recomendar** à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI):
- 10.6.1.** Que seja diligente no cumprimento efetivo dos deveres relacionados à prestação de contas, notadamente do instrumento que compõe o controle interno, como ocorre com o Relatório e Certificado de Auditoria;
- 10.6.2.** Nos termos do Relatório Conclusivo nº 30/2020-DICAD, que apresente de forma clara na próxima Prestação de Contas Anual, no Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar o real valor na execução orçamentária e financeira.
- 10.7. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência dos termos do Acórdão, com cópia do Relatório/Voto para que, caso queiram, exerçam o contraditório.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Julho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº705/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral